

X LEGISLATURA
ACTA Nº 113/X/4ª SL

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2009, pelas 10h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, havendo como havendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil.**
2. **Apreciação e votação dos seguintes Requerimentos:**
 - CDS-PP - "Solicita Audição do Professor Mário de Carvalho (Herdade da Revilheira – Évora)"*
 - PCP - "Propõe criação de um Grupo de Trabalho (Transparência na utilização de dinheiros públicos)"*
 - PCP - "Solicita audiência com o Sr. Ministro da Economia e da Inovação (Apurar responsabilidades em relação ao incumprimento do contrato relativo ao navio destinado à Região Autónoma dos Açores e de debater a situação e perspectivas futuras de laboração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo)"*
 - PCP - "Solicita audiência do Senhor Ministro da Economia e da Inovação - Política Energética"*
 - PCP - "Solicita audiência com o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas"*
3. Discussão do **Projecto de Resolução 392/X/4ª - "Recomenda ao Governo a racionalização do regime de apanha lúdica e de semi-subsistência."**
4. Apreciação e votação do Relatório sobre a **Petição 549/X/4ª - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei n.º 647/76, de 31 de Julho"** Rel: Dep. Agostinho Lopes (PCP).
5. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projecto de Lei 558/X/3ª - "Estabelece o regime aplicável à gestão de óleos alimentares usados"** Rel: Depª. Fátima Pimenta (PS).
6. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projecto de Lei 613/X/4ª - "Regime jurídico dos empreendimentos turísticos"** Rel: Dep. José Mendes Bota (PSD)
7. Distribuição da **Proposta de Lei 261/X/4 - "Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)."**
8. Distribuição do **Projecto de Lei 739/X /4 (BE) - "Revoga o regime dos PIN e dos PIN+."**
9. **Outros assuntos**
 - Expediente
 - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil**, o Sr. Presidente começou por dar as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil e à sua equipa.

O Sr. Deputado Carlos Poço efectuou uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, na sequência da realização da audiência após aprovação do Requerimento do PSD, aprovado pela CAEIDR. Na sequência da interpelação, o Sr. Deputado Carlos Poço efectuou uma intervenção e colocou questões sobre: o balanço da actividade de protecção civil em Portugal nos últimos meses, o número de meios envolvidos, a sua operacionalização em termos de eficácia e eficiência, a reformulação e reequipamento do corpo de bombeiros, a articulação com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o cadastro florestal, a falta de ambulâncias do INEM, o recrutamento de nadadores-salvadores e a segurança balnear, os meios disponíveis para a protecção civil e a eventual articulação com o Ministério da Saúde referente à denominada gripe A H1N1. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

De seguida, o Sr. Deputado Helder Amaral efectuou uma interpelação à mesa sugerindo que o Sr. Secretário de Estado efectuasse a apresentação dos dados já prevista, e posteriormente se desse seguimento à audição, com mais informação disponível. Efectuou-se um debate sobre essa questão, tendo sido acordada a distribuição da apresentação da directiva operacional nacional¹ aos Grupos Parlamentares.

Usou em seguida da palavra o Sr. Deputado Horácio Antunes, que deu conta de diversos elementos constantes da directiva operacional nacional e dos trabalhos preventivos feito com os agentes em prol da política de defesa da floresta contra incêndios. Questionou, de seguida, o Sr. Secretário de Estado sobre a adequação dos meios existentes às necessidades e à cobertura territorial do país. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Secretário de Estado sobre as eventuais falhas ocorridas, nomeadamente de coordenação, no incêndio do Marão, a falta de meios suficientes – assinalada num Relatório dos serviços responsáveis do Parque – relativamente ao incêndio do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o problema de dívidas para com as corporações de bombeiros e, ainda, sobre o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Helder Amaral, que recordou um anterior Requerimento do CDS-PP sobre idêntica matéria, chumbado em reunião da CAEIDR. Colocou, posteriormente, questões ao Sr. Secretário de Estado, nomeadamente sobre o período de duração dos incêndios e áreas ardidadas, as falhas existentes e onde, a pressão exercida no território, que aumenta o risco de incêndios e a descoordenação de meios. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou o desenvolvimento do sistema de protecção civil desde o ano de 2005, questionando a sua organização e eficácia em termos preventivos, as alterações dos níveis de temperatura, o reequacionamento dos níveis de prontidão, os tempos de resposta às ocorrências, os resultados do investimento no sistema de prevenção em ainda, o modo de concretização da coordenação com os Gabinetes Florestais Municipais. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções.

O Sr. Deputado Carlos Poço deu conta da preocupação face aos dados distribuídos, face à comparação de 2009 com 2008, pelo aumento de ocorrências para o mesmo número de meios, antecipando problemas graves para o período mais quente do ano. Considerou, ainda, que deveria fazer parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil um plano de formação aos agricultores.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Carloto Marques, que questionou o Sr. Secretário de Estado sobre o novo modelo de contratualização a aplicar ao GAUF (Grupo de Análise e Uso do Fogo), a concessão de férias aos bombeiros canarinhos em Novembro e o aluguer de meios aéreos já nesta época.

O Sr. Deputado Carlos Lopes considerou que Portugal está hoje melhor preparado para o combate aos fogos. Questionou os objectivos de promoção do voluntariado, da sua formação e futura profissionalização

¹ A apresentação efectuada (e a documentação distribuída) faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultada no respectivo site *internet*.

dos agentes envolvidos e das equipas de intervenção permanente dos bombeiros voluntários, bem como a protecção individual dos bombeiros voluntários.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes registou a dificuldade do Sr. Secretário de Estado em reconhecer os problemas existentes, recordando as questões feitas anteriormente sobre o problema do incêndio do Marão, bem como das áreas protegidas. Questionou, de seguida, o Sr. Secretário de Estado sobre a situação da contratação dos postos de vigia, dos guardas florestais da GNR, o novo local de formação dos sapadores florestais e, ainda, a actuação da empresa EMA enquanto prestadora de serviços a entidades externas.

O Sr. Deputado Helder Amaral registou as informações transmitidas pelo Sr. Secretário de Estado sobre os planos distritais de emergência, fez votos para que a Autoridade Nacional de Protecção Civil esteja preparada para as condições normais meteorológicas do verão, considerando existirem várias carências e que haja uma maior coordenação nesta matéria. Considerou, ainda, essencial definir-se um mapa nacional da capacidade de resposta dos bombeiros, questionando ainda sobre a elaboração de um plano de intervenção para as áreas protegidas.

A Sra. Deputada Alda Macedo questionou o Sr. Secretário de Estado sobre a carta de risco sísmico de Lisboa, acentuando a necessidade de diálogo entre Ministérios e de maior cooperação nas matérias em discussão, nomeadamente quanto aos factores de risco, como o combustível no terreno.

O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder, em bloco, às questões colocadas na 2ª ronda de intervenções.

O Sr. Presidente agradeceu as informações e esclarecimentos prestados, formulando votos para que, em prol do país, os resultados da política de combate aos incêndios tivesse resultados compatíveis com os meios. De seguida, deu a audição por terminada.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação de diversos requerimentos**, o Sr. Deputado Helder Amaral começou por apresentar o Requerimento que "*Solicita Audição do Professor Mário de Carvalho (Herdade da Revilheira – Évora)*". O Sr. Presidente da Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCAFDRP) recordou a vinda do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas à Comissão em 19 de Maio, pelo que oportunamente se poderiam colocar questões sobre essa matéria. Tendo mantido o Requerimento para votação, e não havendo mais intervenções, o Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou, de seguida, o Requerimento que "*Propõe criação de um Grupo de Trabalho (Transparência na utilização de dinheiros públicos)*". O Sr. Deputado Jorge Seguro usou da palavra para dar conta que a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes faria sentido há bastante tempo, não no momento presente, em que existe grande disponibilização de informação (através da internet bem como das respostas aos Requerimentos). Fez chegar à Mesa um dossier para eventual disponibilização aos Grupos Parlamentares. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou o grande atraso do Sr. Ministro da Economia e da Inovação no cumprimento dos prazos regimentalmente definidos para resposta a Requerimentos, mas recordou que o Requerimento em questão se referia a informações que o Governo se recusava a transmitir por considerar tratar-se de segredo de negócio, para além do acompanhamento que se deveria fazer aos compromissos assumidos pelas empresas apoiadas pelo Estado, nomeadamente em matéria de criação de emprego. O Sr. Deputado Helder Amaral considerou que a segunda intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes esclarecia a questão, considerando ser de todo o interesse da CAEIDR e da Assembleia da República aceder a esta informação, ainda que agradecendo a informação entretanto disponibilizada pelo Sr. Deputado Jorge Seguro. A Sra. Deputada Alda Macedo, por seu turno, considerou que o importante seria saber as condições constantes dos contratos que atribuem

os incentivos às empresas apoiadas, pelo que a constituição de um Grupo de Trabalho faria todo o sentido, mais até do que no passado. O Sr. Deputado Jorge Seguro recordou que a divulgação completa das informações constantes dos contratos poderia levantar questões de concorrência, pelo que se aconselharia a prudência nessa matéria. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o problema não residia nos montantes atribuídos, mas as condições para a sua atribuição, que a Assembleia da República deveria acompanhar e fiscalizar. Acresce o facto de que o Grupo de Trabalho poderia funcionar com reserva quanto à informação disponibilizada. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação, sendo rejeitado com os votos contra do PS, abstenção do PSD e favoráveis do CDS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou, de seguida, o Requerimento que "*Solicita audição com o Sr. Ministro da Economia e da Inovação (Apurar responsabilidades em relação ao incumprimento do contrato relativo ao navio destinado à Região Autónoma dos Açores e de debater a situação e perspectivas futuras de laboração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo)*". O Sr. Deputado Jorge Seguro deu conta que a matéria já estava a ser acompanhada, nomeadamente através de um conjunto de audições em sede da Comissão de Defesa. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o Sr. Ministro da Economia e da Inovação deveria responder pela sua responsabilidade na matéria. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi votado e rejeitado com os votos contra do PS, abstenção do CDS-PP e favoráveis do PSD, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Seguidamente, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento que "*Solicita audição do Senhor Ministro da Economia e da Inovação - Política Energética*", recordando resultar da proposta do Sr. Ministro da Economia e da Inovação na última audição em sede da Comissão. O Sr. Deputado Jorge Seguro considerou não se tratar necessária uma audição antes da próxima regimentalmente prevista, recordando a possibilidade de ser efectuado um agendamento potestativo. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou ter sido o Sr. Ministro a sugerir a audição específica, com vista a debater as questões energéticas. O Sr. Deputado Carlos Poço concordou que o Requerimento do PCP apenas operacionalizaria a disponibilidade manifestada pelo Sr. Ministro. De seguida, o Requerimento foi submetido a votação, sendo rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Enfim, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento que "*Solicita audição com o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas*", na sequência da última audição com o Sr. Ministro e das visitas de trabalho efectuadas em sede da SCAFDRP. O Presidente da SCAFDRP, Sr. Deputado Miguel Ginestal, recordou que o Sr. Ministro viria à CAEIDR a 19 de Maio, pelo que poderia responder às questões constantes do Requerimento. O Sr. Deputado Agostinho Lopes discordou da intervenção. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação e rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, referente à **Discussão do Projecto de Resolução 392/X/4^a - "Recomenda ao Governo a racionalização do regime de apanha lúdica e de semi-subsistência"**, o Sr. Presidente informou não haver ainda uma esclarecimento por parte da Conferência de Presidentes de Comissões, pelo que propôs o adiamento da discussão do referido Projecto de Resolução, proposta que foi aceite pelos Grupos Parlamentares.

No ponto 4 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição 549/X/4^a - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei n.º 647/76, de 31 de Julho"**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o relatório. Não havendo intervenções, este foi votado favoravelmente por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 5 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do parecer referente ao Projecto de Lei 558/X/3^a - "Estabelece o regime aplicável à gestão de óleos alimentares usados"**, a Sra. Deputada Fátima Pimenta apresentou o parecer nas suas várias partes. A Sra. Deputada Alda Macedo deu conta do voto contra do BE ao parecer, considerando que a sua parte II estava demasiado extensa e condicionava a parte III. A Sra. Deputada Fátima Pimenta deu conta da importância da parte II pelo facto de valorizar o trabalho dos Deputados e a análise que estes fazem das iniciativas legislativas. Não havendo mais intervenções, o parecer foi votado, tendo a parte I sido aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP; a parte III sido aprovada quanto aos seus pontos 1 a 3 com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e CDS-PP e a abstenção do BE e sido aprovada quanto aos pontos 4 e 5 com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e CDS-PP e o voto contra do BE. Em ambas as votações registou-se a ausência do PEV.

No ponto 6 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do parecer referente ao Projecto de Lei 613/X/4^a - "Regime jurídico dos empreendimentos turísticos"**, foi consensualmente deliberado adiar para a reunião seguinte.

No ponto 7 da Ordem do Dia, referente aos **Distribuição da Proposta de Lei 261/X/4 - "Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)"**, foi nomeado o Sr. Deputado Agostinho Lopes para elaboração do parecer.

No ponto 8 da Ordem do Dia, relativo à **Distribuição do Projecto de Lei 739/X /4 (BE) - "Revoga o regime dos PIN e dos PIN+."**, foi nomeado o Sr. Deputado Helder Amaral para elaboração do parecer.

No ponto 9 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta da necessidade de redistribuir a Petição 563/X/4^a - *Para que sejam excluídos do Regulamento de Reconhecimento Mútuo os artefactos de metais preciosos*, tendo o GP do PS ficado responsável por nomear um(a) Deputado(a). A Sra. Deputada Rita Miguel foi nomeada para elaboração do parecer ao *Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia*. Foi dada anuência pelos diversos Grupos Parlamentares à síntese feita pelos serviços de apoio à Comissão de Assuntos Europeus sobre os pareceres das Comissões à iniciativa europeia sobre as Regiões Ultraperiféricas. Enfim, foi dado conhecimento aos Grupos Parlamentares da iniciativa da Associação Empresarial de Portugal - Compro o que é Nosso, que propunha a realização de um almoço com os membros da CAEIDR. Esta proposta mereceu o acolhimento por parte dos diversos Grupos Parlamentares.

A reunião foi encerrada às 13h50, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 29 de Abril de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)

Nota: Acta aprovada na reunião de 9 de Junho de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- Alda Macedo
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Hélder Amaral
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Agostinho Gonçalves
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Fão
- Manuel José Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Afonso Candal
- Magda Borges

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Hortense Martins
- José Luís Ferreira
- Mendes Bota